



História, Historiografia da educação

A INSTITUIÇÃO LEGAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: práticas e relações

Michele Miranda de Azevedo

Shirleide Pereira da Silva Cruz (Orientadora)

Universidade de Brasília

michele_unb@yahoo.com.br

shirleidecruz@unb.br

Palavras-chave

Orientação Educacional, Ensino Industrial, Interesses Políticos

Resumo

O objetivo do presente trabalho foi analisar as relações entre os interesses políticos subjacentes a instituição legal da Orientação Educacional no Brasil. Realizamos uma análise documental das principais diretrizes legais para a instituição da Orientação Educacional no Brasil: perspectivas históricas do ensino o ensino industrial no Brasil até a promulgação do Decreto 4.073/42 e ainda dos seguintes marcos: o contexto do manifesto dos pioneiros da educação e as experiências em Orientação Educacional no Brasil no período, revelando seus pressupostos filosóficos. Tivemos como referencial teórico Cunha (2000) no que se refere ao ensino industrial, e Grinspun (2011) no que tange a Orientação Educacional, entre outros. Foi possível concluir que apesar de pouco apontada numa literatura especializada sobre o tema na literatura acadêmica, o ensino industrial trouxe a Orientação educacional para realidade da educação brasileira, e com ela os pressupostos liberais e seus ensejos de modernização com a industrialização.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Introdução

A Orientação Educacional - OE - no Brasil hoje é um campo de atuação presente na rede escolar estadual de treze dos vinte e seis estados mais o Distrito Federal (PASCOAL, 2008). Sete desses estados realizaram concursos públicos nos últimos cinco anos para o exercício do Serviço de Orientação Educacional.

A despeito de muitos não mais reconhecerem a orientação no contexto atual, ainda existe uma atuação no presente e assim a preocupação sob quais bases políticas e filosóficas esta vem se desenvolvendo.

O estado da arte especificamente na temática da Orientação Educacional sofre com a escassez de pesquisas. Encontram-se disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações apenas três produções¹ dentro da temática Orientação Educacional, elaboradas nos últimos cinco anos. Todas abordando a prática do Orientador Educacional e nenhuma integrando pesquisa realizada por grupo pertencente à base do CNPq. Em consulta ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, encontrou-se apenas uma pesquisa realizada nos últimos cinco anos, já publicada também na BDBT.

Quanto a artigos e periódicos, encontra-se uma publicação nos últimos cinco anos dentro da temática: “O orientador educacional no Brasil” publicado na Educação em Revista de Belo Horizonte no ano de 2008, encontrado na base de dados da Scielo.

¹ “Interrogações e exclamações no cotidiano escolar da orientação educacional” defendida por Arlete Steil Kumm em 2009 na Universidade do Vale do Itajaí; “A práxis do serviço de orientação educacional revisitada sob a perspectiva da teoria sistêmica e do desenvolvimento moral” defendida por Anita Maria Lins da Silva em 2012 como Trabalho Final de Mestrado Profissional para obtenção do grau de Mestre em Teologia na Escola Superior de Teologia e; “A contribuição do orientador educacional na política da educação um estudo na rede municipal de ensino de pelotas – RS” defendida por Margarete Hirdes Antunes na Universidade Católica de Pelotas.



A partir desse estado da arte, verificou-se que os pressupostos políticos e filosóficos que ainda permeiam a OE são ideologicamente relacionados às suas origens e aos ideais liberais do início do século XX.

No campo epistemológico, a Orientação Educacional, esteve atrelada as tendências educacionais que permearam a educação brasileira. Grinspun (2012) identifica seis períodos da trajetória da Orientação Educacional no país: o período implementador, de 1920 a 1941; o institucional de 1942 a 1960; o transformador, de 1961 a 1970; o disciplinador, de 1971 a 1980; o questionador, década de 1980 e; o orientador, a partir de 1990.

O presente artigo alude ao período implementador, por considerar a importância do contexto onde se deu a instituição de um campo de atuação cujo profissional está presente em escolas públicas do país até hoje.

As primeiras experiências que receberam o nome de Orientação Educacional datam da década de 30, ainda que vinculadas a Orientação Profissional, como será mais bem explicado nas próximas seções. Em 1942, temos então, as primeiras menções legais da Orientação Educacional, sendo o Decreto 4.073/42 da Lei Orgânica do Ensino Industrial, o primeiro a institucionalizar a Orientação Educacional.

Sendo o decreto um marco para o campo da Orientação Educacional, merece uma contextualização dos aspectos políticos, que acabaram por oferecer uma identidade política também à Orientação Educacional da época e quiçá por várias décadas depois.

O presente trabalho tem por objetivo então analisar as relações entre os interesses políticos subjacentes ao Decreto 4073 de 30/01/1942 e a instituição da Orientação Educacional no Brasil. Importa aqui, traçar um panorama das políticas educacionais no Brasil do período compreendido entre as décadas de 30 e 40; identificar e analisar as experiências de Orientação Educacional no Brasil no mesmo período e seus pressupostos filosóficos e; analisar o capítulo treze do Decreto 4073/42 que trata da orientação educacional.

A pesquisa se classifica como bibliográfica e documental (GIL, 2010). A abordagem das análises será orientada pelos fundamentos e concepções dos seguintes autores: Cunha (2000) no que se refere ao ensino industrial, e Grinspun (2011) no que tange a Orientação Educacional, entre outros.



O texto está estruturado da seguinte maneira: o ensino industrial no Brasil até a promulgação do Decreto 4.073/42: breve panorama; o contexto do manifesto dos pioneiros da educação; as experiências em Orientação Educacional no Brasil no período, revelando seus pressupostos filosóficos e as considerações finais.

Longe de tratar de um conhecimento absolutamente novo, o artigo pretende estabelecer de modo mais direto o ensino industrial do início do século XX e a origem da Orientação Educacional no Brasil, explicitando as bases filosóficas e políticas desse campo de atuação.

O ensino industrial no Brasil até a promulgação do Decreto 4.073/42: breve panorama.

Ao longo do século XIX o Brasil moderniza sua agricultura cafeeira, e o modo de produção escravista vai sendo substituído por outras relações de produção provocadas principalmente pela abolição da escravatura e a imigração de estrangeiros. A prosperidade da exportação do café desencadeou uma elevação da população com concentração em algumas cidades e também a implantação de uma malha ferroviária importante em São Paulo (SAVIANI, 2011).

No início do século XX o Brasil sofria com esse aumento populacional e os problemas sociais derivados de uma urbanização precária e uma industrialização atípica comparada a outros modelos de desenvolvimento industrial.

Neste contexto, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a “inoculação de ideias exóticas” no proletariado brasileiro (CUNHA, 2000, p. 94). Além desse pensamento conservador, havia outra ideologia, a industrialista, que via na indústria a resolução dos problemas econômicos, pois, atribuía à indústria o progresso, a emancipação econômica, a independência política, a democracia e civilização (CUNHA, 2000, p.94). São as bases capitalistas se solidificando em solo brasileiro.



Com base nessa ideologia, destacam-se dois tipos de escolas industriais que surgem na primeira década do século XX: as atividades de ensino de ofícios das empresas ferroviárias, para a formação de operários destinados à manutenção de seus equipamentos, veículos e instalações; e as escolas de aprendizes e artífices. Estas últimas criadas por Nilo Peçanha, em 1909, como presidente da República através do decreto 7.566, de 23 de setembro.

As Escolas de aprendizes e artífices cunhavam-se como instituições beneficentes, que deveriam oferecer cuidados aos filhos do proletariado, e inculcar ideias de combate ao ócio, ao vício e ao crime, além de oferecer formação técnica e profissional. Numa perspectiva absolutamente assistencialista.

Foram criadas 19 escolas desse tipo, distribuídas entre as capitais dos estados, com exceção do Rio de Janeiro que se instalou em Campos. Segundo Cunha (2000, p. 95), as escolas, além de legitimarem a ideologia industrialista, também eram estratégicas politicamente, pois,

[...]constituíram uma *presença* do governo federal nos estados, oferecendo cargos aos indicados pelos políticos locais e vagas para alunos a serem preenchidas com os encaminhados por eles. A contrapartida não seria difícil de imaginar: o apoio político ao bloco dominante no plano federal. (CUNHA, 2000, p.95).

De acordo com Cunha (2000) após a década de 20 a maior parte dessas escolas entrou em decadência, pois os cursos ofertados e suas instalações não atendiam aos ofícios propriamente industriais, não indo, portanto, ao encontro dos propósitos industrialistas. Em São Paulo, porém, “as condições de crescimento da produção industrial, aliadas à emulação do Liceu de Artes e Ofícios, levaram a um maior esforço de adaptação das oficinas às exigências da produção fabril” (CUNHA, 2000, p.96).

Em 1924, as intenções das escolas ferroviárias e das escolas de aprendizes e artífices encontram subsídios uma na outra com a criação da Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. As escolas ferroviárias se apresentavam descentralizadas e assistematizadas, e o Liceu se adaptava a produção fabril e buscava a ratificação de suas atividades. Com a criação da escola de mecânica, quatro empresas ferroviárias que operavam em São Paulo “fizeram um acordo com o Liceu, pelo qual enviariam cada uma, dois aprendizes para frequentarem um curso de quatro anos, realizando estágio nas oficinas de uma delas, situadas na capital.”



(CUNHA, 2000, p. 97). Esse acordo teve repercussões importantes para o delineamento de futuras políticas educacionais.

Na iniciativa da escola de Mecânica, destaca-se o engenheiro Roberto Mange, que inicia um trabalho de Orientação Profissional, considerado pela literatura (GRINSPUM, 2011), a primeira experiência em Orientação Educacional no Brasil. Claramente, essa experiência nada tem de educacional, uma vez que o serviço oferecido pela escola se tratava de aplicação de testes psicotécnicos para seleção e orientação dos candidatos aos diversos cursos. Porém, ela denuncia as origens desse serviço e remete a compreensão dos interesses em trazer esse tipo de trabalho para o Brasil: selecionar trabalhadores para a continuidade eficiente do processo de industrialização e modernização do país.

Influenciado pelas ideias de Frederick Taylor, Mange divulga a doutrina da Organização Racional do Trabalho e com outros engenheiros adeptos fundam o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT. Esse instituto exerceu grande influência após a crise econômica de 1929 quando as reivindicações dos trabalhadores se faziam crescentes, e ele apresentava o taylorismo como solução para a gestão eficiente da produção (CUNHA, 2000).

Para essa gestão eficiente da produção se fez necessária a gestão do trabalho dos operários, nesse sentido o serviço de Orientação Profissional fundamentado na psicologia tinha relevante função:

[...]para que a produtividade geral se elevasse, seria necessário, também, aumentar a produtividade dos trabalhadores em termos físicos, para o que seriam indispensáveis os exames psicotécnicos, permitindo colocar “o homem certo no lugar certo” e selecionar os mais capazes; e o ensino sistemático de ofícios, apressando e barateando a formação profissional. [...]Os exames psicotécnicos serviriam, também, para evitar a contratação de “agitadores”, medida convergente com a adoção de fichas de identificação datiloscópica destinadas a evitar a reentrada nos quadros das empresas de trabalhadores despedidos por razões político-ideológicas ou outras [...] (CUNHA, 2000, p. 97)

Com vistas à melhoria dos resultados econômicos, a experiência do Liceu provocou a empresa estatal Estrada de Ferro Sorocabana a criar o “Serviço de Ensino e Seleção Profissional – SESP, em 1930, incorporando as práticas pedagógicas e psicotécnicas que se divulgavam e se aplicavam.” (CUNHA, 2000, p. 97). A exemplo



do Liceu verifica-se a presença de profissionais que exerciam a função de orientadores realizando a seleção profissional.

Paralelamente a essas experiências em orientação; sem aqui entrar no mérito da Revolução de 30 e seus condicionantes mais profundos, que levou à passagem do estado de revolução para o estatismo governamental; em 27 de outubro de 1930 Lourenço Filho assumindo a diretoria geral da instrução pública e nela permanecendo até 23 de novembro de 1931 (MONARCHA, 2010) cria o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), subordinada à Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. Para dirigir o serviço foi designada a psicóloga Noemy Silveira. A psicóloga teve formação nos Estados Unidos onde “frequentou cursos de Psicologia Educacional, Estatística Aplicada à Psicologia, Filosofia da Educação, Sociologia Educacional e Construção Social” (MONARCHA, 2009, p. 8). Essa experiência também é citada como pioneira para a Orientação Educacional (GRINSPUM, 2011), apesar de suas características profissionais e vocacionais. O referido serviço ocupou-se de avaliar e escalonar alunos considerando que se a associação entre idade mental e maturidade para o aprendizado fosse sempre ou *fortemente positiva*, seria fácil selecionar os alunos (MONARCHA, 2009).

Lourenço Filho e Noemy Silveira também se envolveram com os trabalhos do IDORT, o que corroborou para a difusão das ideias psicologizantes na educação que se preocupavam em selecionar, escalonar, e imputar vocações ao interesse do *bom* desenvolvimento das instituições escolares e, por conseguinte, o desenvolvimento do país.

Em 1934, após o amadurecimento dessas experiências, é criado por meio de decreto o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – CFESP, que passou a ser modelo para outras ferrovias. O CFESP tinha nas séries metódicas a espinha dorsal de uma pedagogia que se mostrou eficaz no atendimento dos objetivos almejados (CUNHA, 2000). Dentre seus princípios, “encontra-se a seleção profissional baseada no conhecimento das características individuais e nas aptidões funcionais para determinadas funções e ocupações” (GRINSPUM, 2011, p. 26) “a clientela restrita e selecionada (filhos de ferroviários, principalmente) e a formação para utilização também restrita (as estradas de ferro)” (CUNHA, 2000, p.98).



O modelo de aprendizagem sistemática do CFESP se generalizou em âmbito nacional com a adoção de um projeto industrialista de desenvolvimento, pelo Estado Novo (CUNHA, 2000). A Constituição de 1937 instituiu o ensino profissionalizante e o artigo 129 da mesma faz referência à sua destinação as classes menos favorecidas, dispõe ainda que, é obrigação das indústrias e dos sindicatos criarem escolas de aprendizagem na área de sua especialização para os filhos de seus empregados e membros.

O Ministério da Educação, através da Divisão de Ensino Industrial, elaborou, em 1938, um projeto de regulamentação desse dispositivo constitucional. A partir daí ocorre “um intenso conflito de bastidores entre o Ministério da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha por detrás, principalmente, a Federação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias de São Paulo” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 1). De um lado o Ministério da Educação defendia que as escolas seriam mantidas com recursos do imposto sindical, geridos conjuntamente por representantes dos sindicatos e dos Ministérios da Educação e do Trabalho, e de outro os líderes industriais contrários por temerem as despesas oriundas desse sistema (CUNHA, 2000, p. 99).

Por fim, essa disputa culminou na promulgação de dois decretos quase que simultâneos: o Decreto nº4.048 de 22/01/1942, que criou o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial, o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho; e outro, o Decreto 4.073, de 30/01/1942 que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Tais decretos integraram a chamada Reforma de Capanema, então Ministro da Educação e Saúde.

O Decreto 4.073, de 30/01/1942 torna-se um marco para a Orientação Educacional, pois trata-se da primeira lei a utilizar essa expressão e a institucionalizar o serviço. A referência ao serviço aparece no capítulo XIII, intitulado ‘Da Orientação Educacional’:

[...]Art. 50. Instituir-se-á, em cada escola industrial ou escola técnica, a orientação educacional, que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados, e em face da personalidade de cada aluno, e de seus problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais.

Art. 51. Incumbe também à orientação educacional, nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e



o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares.

Art. 52. Cabe ainda à orientação educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica.[...] (BRASIL, 1942)

No mesmo ano, como integrante do conjunto de leis que compuseram a Reforma Capanema, cabe aqui citar também o Decreto Lei nº 4424 de 9 de abril que trata da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Esta lei oferece um pouco mais de esclarecimento quanto ao serviço de Orientação Educacional. Nos artigos 80 a 82 a Lei determina a obrigatoriedade do serviço no ensino secundário, qual a função do Orientador e, os meios para sua execução.

Apoiada na fundamentação psicológica de conhecer melhor o aluno, visando a seu ajustamento, a Orientação foi caminhando em sua trajetória no Brasil, agora fortificada por ser legalmente instituída (GRINSPUM, 2011, p. 29) Assim, a Orientação Educacional chega às escolas, pelo viés do autoritarismo com que é imposta através de um discurso liberal, reforçando a ideologia das aptidões naturais, como se o esforço individual fosse o único responsável pelo fracasso ou sucesso do indivíduo independente e suas condições sociais e, o Orientador Educacional fosse o profissional que desvelaria as aptidões individuais e apontaria o futuro para cada um. (MAIA & GARCIA, 1984). Fica, então, evidente que a origem do Serviço de Orientação Educacional no Serviço de Orientação Profissional, revela interesses políticos e econômicos que fundamentam a sedimentação do capitalismo no Brasil e fortalecem a burguesia industrial como a ideologia dominante.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação

O Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 é emblemático quanto ao pensamento pedagógico da época. O texto redigido por Fernando de Azevedo e



assinado por vários pensadores da época, retrata as forças dominantes no ideário da educação do Estado Novo:

[...] se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (AZEVEDO, 2010)

O trecho revela que se via na educação a resposta para o desenvolvimento econômico do país. Os pressupostos da Escola Nova, difundidos no Brasil, principalmente por intermédio de Anísio Teixeira, um dos signatários do manifesto, pregavam a democratização da sociedade por meio da educação como se ela tivesse o papel de equalizar as oportunidades, como se não houvesse mais desigualdades tanto dentro como fora da escola (FARIAS, 1990).

Ainda que o Manifesto tenha sido uma importante reação para a educação, ele estava impregnado de um ideário dos pressupostos liberais e, portanto, a busca de uma educação integral com base nas aptidões naturais (GRINSPUM, 2011).

O trecho a seguir exemplifica bem isso,

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. (AZEVEDO, 2010, p. 40)

Por meio dele pode-se depreender que modelo de atuação se conceituava para a Orientação: aquele que fornecerá os subsídios necessários ao recrutamento, seleção e nivelamento dos indivíduos seguindo técnicas já mencionadas neste trabalho, oriundas da psicometria.

Segundo Grinspun (2011) dois anos após a divulgação do manifesto a Associação Brasileira de Educação – ABE ofereceu um curso de Extensão sobre Orientação Educacional. O curso teve como um de seus professores o aqui já citado Lourenço Filho e também Gustavo Capanema, ambos responsáveis pela conceituação de Orientação que aparece nas Leis Orgânicas. Então, conclui-se que a concepção que circundou o curso foi também aquela relacionada a Orientação Profissional de base psicologizante.



As primeiras experiências na Orientação Educacional no Brasil: pressupostos filosóficos.

Fora do contexto estritamente industrial a literatura (GRINSPUM, 2011) apresenta uma experiência que se intitulou como de Orientação Educacional diferentemente das anteriores aqui citadas que foram explicitamente experiências em Orientação Profissional. Mas apesar do título, essa experiência não se distanciava dos pressupostos liberais já elencados na atuação do serviço.

Esse trabalho aconteceu na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, da prefeitura do então Distrito Federal, Rio de Janeiro, em 1934 e, foi realizado pelas professoras Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt, diretora da escola. Foi a primeira vez que se ouviu falar propriamente de Orientação Educacional.

Aracy Muniz escreveu a primeira obra nacional sobre Orientação Educacional e Schmidt foi considerada uma das grandes propulsoras da Orientação na década de 50. Tendo sido palestrante e influenciadora de gerações de orientadores por décadas. Antes disso, também lançou um livro intitulado 'Orientação Educacional', em 1942. Será sobre esta obra que analisaremos brevemente os pressupostos filosóficos que pairavam sobre a orientação educacional que estava fora estritamente do contexto industrial.

No prefácio da obra encontramos uma indicação da base teórica-filosófica da autora: “É certo que a autora deste livro estudou na Universidade da Colúmbia – onde o assunto tem o maior desenvolvimento – todos os seus manejos e todas as suas técnicas” (SCHMIDT, 1942). As primeiras experiências em Orientação tem sua origem nos Estados Unidos, não diferente lá também esse trabalho tem referência na psicologia.

Logo no capítulo dois, sobre por que orientar, a autora deixa claro que o objetivo da orientação nada tem com a mudança da sociedade, princípio que denuncia a intenção da manutenção do *status quo*: “Educar e orientar constituem, em essência, uma função coletiva, que tem por fim adaptar a criança ao meio social a que se destina” (SCHMIDT, 1942, p. 18).



A autora também escreve um capítulo destinado as qualidades do Orientador para sua atuação. Faz referência a necessidade de que se sondasse as qualidades inatas do pretendente, para verificar se elas condiziam com a afeição aos jovens. Também relata que o ‘Orientador ideal’ deverá ter “caráter firme e íntegro, perfeito espírito de justiça, objetividade no julgamento, inteligência esclarecida, coragem e energia, sinceridade e simpatia” (Idem, p. 29), ou seja, um ser humano perfeito.

O capítulo que trata das técnicas de orientação fala de diagnóstico e tratamento, tal como o atendimento em clínica psicológica. O texto traz uma relação de dez instrumentos, a partir dos quais o orientador estará em condição de estabelecer um “diagnóstico tão seguro quanto o permitem as condições de instabilidade e de inconstância próprias à idade adolescente” (Idem, p. 61). Acreditar que é possível realizar um diagnóstico é admitir que os problemas educacionais estão centrados no aluno e que as condições sociais são irrelevantes para o indivíduo. Esse posicionamento mais uma vez reforça a ideia de que as diferenças individuais é que traçaram o caminho das pessoas, pois as oportunidades são iguais para todos, e cada um será aquilo que suas aptidões assim determinarem.

O livro ainda traz um capítulo destinado ao quando orientar e todas as indicações apontam para quando o indivíduo tiver um problema, ou quando ele for um problema para a escola.

Os três últimos capítulos referem-se, como não poderia faltar em uma obra liberal da década de 40, a Orientação Moral, Religiosa e das horas de lazer. Ou seja, o Orientador Educacional é aquele que cuidaria da formação do cidadão moralmente aceito e receptivo dos ideais vigentes.

Concluindo, a obra é um exemplar significativo do pensamento em Orientação da época. E apesar deste capítulo ter começado com a diferenciação entre esta e outras experiências em orientação, percebe-se que os pressupostos teórico-filosóficos e metodológicos, nada diferem um do outro. Todos servindo a manutenção de uma classe dominante.

Considerações finais

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



O presente trabalho revelou que as origens da Orientação Educacional no Brasil pouco se relacionam a algum trabalho pedagógico. Majoritariamente relacionada ao ensino industrial do início do século XX, o serviço chega ao país sob o viés da Orientação Profissional e Vocacional, sob a égide da psicologia e suas técnicas seletivas.

Antes de qualquer pressuposto que buscasse aproximar o serviço a escola, e antes mesmo que a escola exigisse esse profissional, a Orientação Educacional é imposta e acatada principalmente pelas classes desfavorecidas, favorecidas pelo ensino profissional.

Apesar de pouco relacionada na literatura, o ensino industrial trouxe a Orientação para o Brasil, e com ela os pressupostos liberais e seus ensejos de modernização com a industrialização.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Fernando **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRASIL. **Decreto 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Define a Lei Orgânica do Ensino Industrial.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil **In: Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 N° 14. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf

FARIAS, Itamar Mazza. A Orientação Educacional, seus pressupostos e sua evolução no sistema escolar Brasileiro. **In: Educação e Filosofia**. Uberlândia: 5 (9): 79-95. Jul./dez. 1990. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1231>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5° ed. São Paulo: Atlas, 2010.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



GRINSPUN, Mírian P.S.Z. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GRINSPUN, Mírian P.S.Z. (org.) **A prática dos orientadores educacionais.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MAIA, Eny Marisa & GARCIA, Regina L. Uma orientação educacional nova para uma nova escola. São Paulo, Loyola, 1984.

MONARCHA, Carlos. Notas sobre a Institucionalização da Psicologia em São Paulo: o serviço de Psicologia Aplicada (1930-1938) **In: Boletim Academia Paulista de Psicologia.** Volume XXIX, nº 01, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/946/94611474002.pdf>.

MONARCHA, Carlos. **Laurenço Filho.** Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. O orientador educacional no Brasil. **In: Educação Revista.** Belo Horizonte, n. 47, junho 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982008000100006&lng=en&nrm=iso.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógica no Brasil.** 3ª Ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. O Ensino Industrial **In: TEMPOS DE CAPANEMA.** Capítulo 8, 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit8.htm>